

Editorial

Fim da Tarifa Zero Universal em São Caetano

A decisão de São Caetano do Sul de encerrar a Tarifa Zero Universal, trazendo de volta a cobrança de R\$ 5,00 a partir de 15 de julho de 2026, acende um sinal de alerta sobre o futuro da mobilidade urbana no país. Sob a justificativa de conter um avanço de 300% na demanda diária - que saltou de 20 mil para 80 mil passageiros -, a prefeitura restringiu o passe livre a moradores do sistema SancaGov, idosos, pacientes em tratamento de câncer, servidores municipais, estudantes locais e profissionais das forças de segurança. O argumento fiscal visa poupar R\$ 15 milhões ao ano. Contudo, ao tratar o sucesso de uma política social como problema técnico de superlotação, a cidade adota postura míope e caminha na contramão do desenvolvimento urbano moderno.

Porém, o transporte público deve ser enxergado como um direito universal, e não um privilégio geográfico. Dividir usuários entre residentes e não residentes ignora a própria dinâmica integrada do ABC Paulista. São trabalhadores vindos de municípios vizinhos que geram riqueza e sustentam o comércio de bairro. Penalizá-los diretamente com a tarifa sabota a engrenagem econômica municipal. Além disso, a dependência do SancaGov, plataforma contestada judicialmente por criar barreiras a serviços essenciais, transforma um direito antes simples em uma corrida de obs-

táculos cheia de burocracia para o trabalhador.

O recuo desconsidera os impactos altamente positivos já consolidados em cerca de 143 cidades brasileiras com transporte livre. O caso de Maricá (RJ) prova que a tarifa zero impulsiona a inclusão social, registrando 38 milhões de usuários ao ano e garantindo acesso à saúde e ao lazer. Onde a catraca não cobra, o comércio local cresce até 36%, pois o dinheiro economizado circula nos bairros. Há também o ganho ambiental imediato: Balneário Camboriú (SC) viu o número de passageiros crescer 43%, tirando carros de circulação e diminuindo acidentes.

O verdadeiro gargalo não está no excesso de usuários transportados, mas na histórica falta de financiamento estruturado das frotas. Em vez de investir na expansão de veículos, a prefeitura escolheu o caminho mais excludente da restrição de circulação. A Tarifa Zero Universal provou ser viável e urgente. Retroceder a um modelo segregador sufoca o direito à cidade e pune quem faz a economia local pulsar diariamente.

Resta saber se a economia imediata nos cofres públicos compensará o potencial freio no consumo e na circulação de riqueza do comércio local. Só o tempo dirá.

A direção

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Imprensa ABC - SP

Seção: Cotidiano **Página:** 2